



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

1. Aos acionistas

Senhores acionistas, a Administração da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("MetrôRio" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação do mercado e de seu acionista as Demonstrações Financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhado do relatório dos auditores independentes.

2. Sobre a Companhia

Quando foi inaugurado, em março de 1979, o Metrô do Rio de Janeiro contava com 4,3 quilômetros de trilhos ligando cinco pontos próximos da cidade (Estações Cinelândia, Praça Onze, Central, Presidente Vargas e Glória). Nos primeiros dez dias de operação, seus trens transportaram mais de meio milhão de pessoas, numa média diária de 60 mil clientes.

Já no ano seguinte, as Estações Uruguiana e Estácio foram inauguradas. Com o surgimento destas duas estações, a demanda de passageiros foi incrementada, o que obrigou a empresa a aumentar o número de carros nos trens de quatro para seis.

O ano de 1984 foi marcado pelo início da operação comercial da Linha 2 com cinco trens nos dias úteis, em intervalos de menos de seis minutos durante a semana. Seguindo o cronograma de expansão, a Estação Triagem foi inaugurada em julho de 1988. Noventa e um foi o ano da Estação Engenho Rainha. De lá até 1996, duas estações entraram no circuito: Thomaz Coelho (1996) e Vicente de Carvalho. Neste período, o intervalo das nove composições da Linha 2 passou a ser de seis minutos.

No dia 19 de dezembro de 1997, na Bolsa de Valores do Rio, o Consórcio Opportrans adquiriu o direito de explorar o serviço metroviário durante 20 anos, assumindo, em abril de 1998, o controle do serviço de transporte público metroviário.

Em dezembro de 2007, foi assinado o 6º Termo Aditivo do Contrato de Concessão, que previa além de outros assuntos, o aumento do prazo da concessão por mais 20 anos, ou seja, até 2038 e a responsabilidade por parte do MetrôRio em investir R\$ 1,2 bilhões na modernização do sistema metroviário e o aumento na oferta de lugares.

Em dezembro de 2009, o MetrôRio passou a fazer parte do Grupo Invepar – Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A., juntando-se à CART – Concessionária Auto Raposo Tavares (SP), LAMSA – Linha Amarela S.A. (RJ) e CLN – Concessionária Litoral Norte (BA).

O MetrôRio é uma companhia aberta de capital nacional, sem ações negociáveis na BM&FBOVESPA, controlada em sua totalidade pela INVEPAR.

Em 1º de novembro de 2010, foi inaugurada a 35ª estação, a Cidade Nova e a última estação inaugurada foi a Uruguaia, no dia 15 de março de 2014.

O MetrôRio tem sob seu controle a administração, manutenção e operação das Linhas 1 e 2 do sistema metroviário do Rio de Janeiro, com 42 quilômetros de extensão.

3. Destaques do ano de 2014

- Em 2014, o transporte metroviário da cidade do Rio de Janeiro foi afetado positivamente, pelas mudanças viárias no centro, o que desestimulou o uso de veículos particulares. Em novembro de 2014, três das seis pistas da Avenida Rio Branco foram fechadas para obras do VLT Carioca, que interligará a zona portuária ao aeroporto Santos Dummont.
- Em 7 de março, foi sancionada a Lei 6.700 que prevê a implantação da chamada Tarifa Social. O objetivo da Tarifa Social é garantir a mobilidade e acessibilidade dos usuários através da cobrança de um valor de passagem subsidiado, que será concedida apenas aos usuários cadastrados no Bilhete Único Estadual. O subsídio do governo entrou em vigor a partir de 17 de maio de 2014.
- A Copa do Mundo, realizada em 2014, trouxe uma demanda adicional ao sistema. Durante o período de realização dos jogos, o MetrôRio transportou 686 mil pessoas para o Estádio do Maracanã, o que representa algo em torno de 70% do público que participou da grande festa do futebol. Conforme divulgado pela RIOTUR, empresa de turismo do município do Rio de Janeiro, a cidade recebeu 886 mil turistas, que movimentaram R\$ 4,4 bilhões na economia durante a Copa do Mundo.
- Durante o ano, o MetrôRio aumentou o número de carros no horário de pico da manhã, o que representou uma oferta adicional de lugares.
- A excelência operacional do MetrôRio, foi destaque em 2014, recebendo o reconhecimento de autoridades e da imprensa, onde em envelope realizada por emissora de televisão nacional com turistas sobre "as coisas boas do Rio de Janeiro" o MetrôRio ficou em segundo lugar como item melhor avaliado da cidade, juntamente com o item hospitalidade, atrás apenas das belezas naturais.
- Finalizando o ano de 2014, com a operação Réveillon, destacamos o crescimento na demanda de passageiros se comparada ao ano de 2013.

3.1. Perspectivas

O Rio de Janeiro, embora seja um importante centro econômico, cultural e turístico do país, tem sofrido largamente com o crescimento do número de automóveis em circulação nos últimos anos. A utilização do metrô tem sido uma alternativa mais atraente para a população carioca, que quer evitar os constantes congestionamentos, extremamente custosos para sociedade, na medida em que aumentam o tempo de deslocamento casa-trabalho, pioram os níveis de poluição atmosférica e reduzem a qualidade de vida dos cariocas.

A escolha do metrô em detrimento do transporte individual é uma alternativa mais eficiente, rápida e ambientalmente responsável. A população exige soluções de longo prazo para suas necessidades de mobilidade e esse tema deve continuar na agenda política nos próximos anos. O MetrôRio viveu um forte aumento da demanda de passageiros em 2014 e espera-se que em 2015 ainda haja um crescimento da demanda, porém em níveis inferiores aos verificados no ano passado.

Diante desse aumento na demanda, o MetrôRio tem reforçado o efetivo nas horas de pico, aumentando o serviço de limpeza nos trens e estações, investido na comunicação com os usuários, entre outras melhorias que visam aumentar a eficiência e qualidade das operações e prestar um serviço cada vez melhor aos seus clientes.

A expansão do metrô para a Barra da Tijuca é um dos projetos de transportes mais aguardados pela população carioca, com previsão de inauguração para junho de 2016. Os 15 trens que irão operar na Linha 4 são idênticos aos que já são operados com sucesso nas Linhas 1 e 2 e o sistema contará com seis novas estações e uma oferta na ordem de 300 mil passageiros/dia.

Em 2015 diversos eventos irão testar o planejamento para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Cerca de 8.400 atletas, sendo 1.200 Paralímpicos, vão competir nos eventos-teste. Em 45 competições preparatórias realizados em três grupos – o primeiro grupo de eventos acontecerá entre julho e outubro de 2015, o segundo, entre novembro de 2015 e fevereiro de 2016 e o grupo final, entre março e maio de 2016. O calendário de eventos da cidade será preenchido também pelas comemorações dos 450 anos do Rio de Janeiro, com eventos durante todo o ano de 2015.

4. Estratégia e Gestão

4.1. Governança corporativa

A Companhia é administrada por uma Diretoria e um Conselho de Administração, composta por até 5 diretores executivos estatutários e até 5 conselheiros eleitos com mandatos de dois anos, e respectivos suplentes.

Além disso, a Companhia, atendendo às Instruções Normativas da CVM, informa anualmente ao mercado, por meio de seu Formulário de Referência, disponível no site da CVM, todas as informações relevantes atinentes ao MetrôRio.

Foi implementado também um novo Canal ético para que todo funcionário comunique qualquer atitude ou prática em desacordo com o Código.

4.2. Gestão de pessoas

Com o crescimento da demanda evidenciado ao longo do ano de 2014, o MetrôRio identificou a necessidade de incrementar o seu quadro de funcionários, desta forma ao final de 2014 eram 2.578 funcionários contra 2.473 em 2013, um crescimento de 4,2%.

A taxa *turn over* em 2014 se manteve em níveis bastante baixos.

Turn Over

	2014	2013	Δ
Turn Over Total¹	1,56%	1,50%	0,0%

¹Fórmula: desligados do mês/efetivo mês
Os 2.578 funcionários estão assim distribuídos por nível de escolaridade:

Escolaridade	2014	2013
Fundamental	86	84
Médio	2.016	1.955
Superior Incompleto	145	148
Superior Completo	272	227
Pós-Graduação	57	56
Mestrado	2	3

O MetrôRio desenvolve política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, garantia da diversidade entre sexo, faixa etária, raça e religião, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais de maneira sólida e responsável.

O MetrôRio possui alguns programas e projetos voltados para a criação de um ambiente de valorização dos colaboradores e de melhoria contínua dos resultados, entre eles, podemos destacar:

- Programa de apoio ao colaborador: serviço que oferece assistência psicológica e social, além de orientação jurídica e financeira ao colaborador, sendo extensível aos dependentes;
- Programa de qualidade de vida Viva Bem: Programa corporativo com serviços de Saúde Integral, Atividades Físicas, Ações Educativas, entre outros;
- Programa de Inclusão de PCD – Programa Abrindo Caminhos;
- Programa + Talentos - desenvolver habilidades e perfis de interesse nos colaboradores;
- Carreira e Sucesso – Programa de avaliação de desempenho para o grupo de Gestão, com foco em mapeamento de sucessores.
- Programa de orientação para gestantes: oferecido a colaboradoras e esposas de funcionários grávidas com o intuito de preparar as futuras mães as mudanças que acontecerão durante a gestação para que tudo ocorra de forma tranquila e saudável.
- Líder do Futuro Operacional - Transformação de pessoas em líderes extraordinários, porém voltado para os profissionais que ocupam os cargos de supervisor, chefe de estação e gestor.
- Líder do Futuro - Programa que promove a transformação de pessoas em líderes através de um treinamento de imersão. Atualmente, todos os gerentes, coordenadores e especialistas são conduzidos ao programa.

4.3. Planejamento Estratégico

Para atender os novos cenários que se apresentam e se preparar para os desafios que serão cada vez mais complexos devido ao contexto social e econômico, o MetrôRio reeditou o seu Processo de Planejamento Estratégico, visando revisar seu posicionamento estratégico e estabelecer um plano de ações para implementação do mesmo.

Visão
Ser referência em mobilidade urbana nas Américas, admirada e respeitada pelos seus usuários, colaboradores, sociedade e acionistas, com geração de valor e busca permanente pela sustentabilidade.

Missão
Prover soluções de mobilidade urbana, com rapidez, previsibilidade e confiabilidade.

Valores
Pessoas e Equipes;

7. Considerações finais
7.1. Auditores Independentes
Em atendimento à determinação do artigo 2º da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, os Auditores Independentes da Companhia não foram contratados para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

No relacionamento da Companhia com o Auditor Independente, o MetrôRio busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover os interesses da Companhia.

Honestidade;
Responsabilidade socioambiental;
Empreendedorismo;
Comprometimento;
Respeito;
Inovação e Segurança.

As Principais Iniciativas Estratégicas em 2014 foram organizadas em quatro pilares: Aprendizado e Crescimento ("o melhor da gente"); Processos ("o melhor desempenho"); Mercado e Usuários ("a melhor experiência"); Financeiro e Regulatório ("o melhor resultado"). Através destas iniciativas desdobramos ações de curto, médio e longo prazo que foram implementadas com sucesso em 2014 e serão continuadas nos próximos anos.

5. Desempenho Operacional-Financeiro

5.1. Desempenho Operacional

Demanda MM	12M14	12M13	Δ
MetrôRio-PAX Transportados	228,2	192,5	18,6%
MetrôRio-PAX Pagantes	207,0	173,4	19,4%

Em 2014, o número de passageiros pagantes cresceu 19,4% em relação a 2013, passando de 173,4 para 207,0 milhões.

Este crescimento da demanda pode ser explicado principalmente pelos seguintes fatores:

- Mudanças viárias no centro da cidade.
- Inauguração da estação Uruguaia, ocorrido em 15 de março de 2014;
- Reabertura da estação Gen. Osório;
- Crescimento natural do sistema;

Além destes, outros fatores isolados também contribuíram para o aumento da demanda: i) Carnaval com maior movimento em 2014 se comparado ao Carnaval de 2013 (7,0% a mais no sistema no período do Carnaval), ii) a Copa do Mundo, trazendo novas demandas, principalmente de turistas no período de Julho de 2014 e iii) crescimento de 3% na demanda de passageiros no Réveillon de 2014.

Indicadores Operacionais – Oferta

MM	2014	2013	Δ
Carro X Km¹	37,5	33,9	10,5%

¹ carro x Km: quantidade de partidas, de uma estação inicial, multiplicado pela distância até o final da linha x o número de carros da composição, em uma única direção. Da estação Pavuna até Bolefago, temos 32km, e em um determinado dia, com 200 partidas, com 6 carros em cada composição, como resultado teríamos um valor de 38400 carrosxkm (somente de ida).

Com o objetivo de atender o crescimento da demanda dos usuários, o MetrôRio realizou mudanças em sua operação, injetando trens no horário de pico da manhã na Linha 2, que em um primeiro momento operava entre as estações Engenho da Rainha e Estácio, depois entre o terminal Pavuna e a estação Estácio, o que possibilitou um aumento na oferta de mais de 10,8 mil lugares x dia, sem alteração no intervalo entre trens.

Em função das estratégias montadas para atender o crescimento do número de usuários, houve, em 2014, em relação ao ano anterior, um aumento de aproximadamente 11 mil partidas de trens dos terminais das linhas 1 e 2.

Indicadores contratuais

No Contrato de Concessão de 1997 ficaram estabelecidos os indicadores de desempenho com índices mínimos que o MetrôRio é obrigado a cumprir mensalmente.

Estes indicadores são:

INDICADORES	2014	2013	Δ	Meta
ICPO	0,94	0,97	-3,1%	0,90
IRIT	0,92	0,95	-3,2%	0,80
ION	0,42	0,32	31,3%	1,00
ICD	1,78	1,86	-4,3%	1,50

Legenda dos indicadores:

ICPO: Índice de Cumprimento de Programação da Oferta.
IRIT (Índice de Regularidades dos Intervalos de Trens): intervalos na faixa de tolerância em relação ao total de intervalos (a faixa de tolerância fica entre 50% a menor ou 35% a maior do intervalo previsto).
ION: Índice de Ocorrências Notáveis.
ICD: Índice Composto de Desempenho. Tem como objetivo avaliar o desempenho da Concessionária, sendo composto pela soma dos indicadores ICPO e IRIT, subtraindo-se o indicador ION multiplicado por 0,2.

O acréscimo significativo de usuários, somado ao aumento do número de partidas e as limitações técnicas dos sistemas operacionais foram fatores determinantes para os resultados obtidos, ainda assim, mantivemos os resultados acima dos índices mínimos exigidos.

A interpretação contratual para ICPO é que quanto maior o índice, mais eficiente será a produção, isso significando que o serviço estará sendo ofertado em conformidade ou acima do programado.

O IRIT é o indicador que mede a eficácia da operação no cumprimento de programação da oferta e na regulação geral do sistema. Esse indicador reflete de uma forma mais ampla a estabilidade geral do sistema, uma vez que a variação do intervalo entre trens depende do desempenho dos equipamentos, do desempenho da Operação e do comportamento do usuário.

O ION é apurado mensalmente para cada uma das linhas e para o sistema. Será considerada uma ocorrência notável também a ocorrência em que haja atraso superior a 15 minutos na plataforma, independente do intervalo previsto.

O ICD tem como objetivo avaliar o desempenho do MetrôRio, no que tange a prestação de serviço operacional, sendo composto pela soma dos indicadores ICPO e IRIT, subtraindo-se o indicador ION multiplicado por 0,2.

Desempenho financeiro

Receita operacional consolidada	2014	2013	Δ
Resultado Consolidado - (R\$ mil)			
Receita Bruta	840,7	583,8	44,0%
Receitas Tarifárias	691,6	549,0	26,0%
Receitas não Tarifárias	31,1	27,3	13,8%
Receita de Construção (IFRS)¹	118,0	7,5	1.471,46%
Receita Bruta Ajustada	722,7	576,3	25,4%
Deduções da Receita Bruta	(20,5)	(24,5)	-16,6%
Receita Líquida Ajustada	702,2	551,7	27,3%

¹Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção. A Receita Líquida Ajustada foi de R\$ 702,2 milhões em 2014, que representa um crescimento de R\$ 150,5 milhões, ou de 27,3% em relação a 2013, principalmente devido a:

- Receita Tarifária:** Representou 95,7% da receita bruta ajustada, um crescimento de R\$ 142,6 milhões, ou 26,0% em relação a 2013, justificada pelo crescimento no número de passageiros pagantes, pelo reajuste da tarifa e pela diversificação dos produtos, somado àqueles já mencionados anteriormente.
- Receita não tarifária:** Representou 4,3% da receita bruta ajustada, um crescimento em 2014 de 13,8% em relação a 2013. O aumento se deu principalmente pelo incremento nas seguintes linhas de negócio: i) receita de espaço físico, considerando o estacionamento da estação Uruguaia, ii) produtos loja/quiosques, em razão da aplicação do percentual de 30% sobre a renovação dos contratos, o que não acontecia em 2013, iii) Wi-Fi nas estações, atualmente disponível em aproximadamente 50% das estações, gerando este novo produto receita adicional.

Custos totais

R\$ MM	2014	2013	Δ
Custos & Despesas Operacionais	(646,1)	(460,6)	40,3%
Pessoal	(182,7)	(168,6)	8,4%
Conservação & Manutenção Operacionais	(59,9)	(36,3)	65,0%
Operacionais	(93,2)	(98,5)	-5,4%
Despesas Administrativas	(88,3)	(50,4)	75,1%
Custo de Construção (IFRS)	(118,0)	(7,0)	1.587,2%
Depreciação & Amortização	(103,9)	(99,8)	4,1%
Custos & Despesas Operacionais Ajustada¹	(528,1)	(453,6)	16,4%

¹Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao Custo de Construção. Os custos e despesas operacionais ajustados apresentaram um aumento de R\$ 74,4 milhões, ou 19,5% em 2014 em relação a 2013, devido a:

- Pessoal:** Aumento de R\$ 14,2 milhões em 2014 em comparação a 2013, explicado pelos seguintes fatores: i) o aumento médio de 4,2% no número de funcionários, ii) aumentos salariais com ou sem mudanças de níveis hierárquicos (promoções), iii) Aprovação do acordo coletivo de trabalho com reajuste em diversos benefícios, salários em 8% e crescimento de 8,33% na PLR que é paga sobre a pesquisa IQS. No entanto, o impacto gerado pelos aumentos foi mitigado pela economia proveniente do cálculo do INSS realizado em 2014, sobre o faturamento, tendo por base a Lei nº 12.546 de 14 de dezembro de 2011.
- Conservação e Manutenção:** Aumento de R\$ 23,6 milhões em 2014 ante o ano de 2013, principalmente nas rubricas de manutenção de equipamentos – devido à maior oferta e, serviços de limpeza – dada a maior demanda - visando a melhoria na qualidade do serviço prestado aos passageiros.
- Operacionais:** Redução de R\$ 5,3 milhões em 2014, ou seja, 5,4%, frente a 2013. Durante o ano de 2014, o MetrôRio foi beneficiado com a redução da tarifa de distribuição de energia elétrica, entretanto, em dezembro de 2014, a mesma foi reajustada acima de 20%.
- Despesas Administrativas:** Aumento de R\$ 37,9 milhões em 2014, em razão dos gastos ligados a *branding*, serviços gráficos, projeto de transformação cultural, além da constituição da PDD no valor de R\$ 13,9 milhões sobre valores devidos pelo Estado em relação a: Copa das Confederações, Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo e processos de sucessão ao 6º Termo Aditivo do Contrato de Concessão.
- Depreciação e Amortização:** Aumento de R\$ 4,1 milhões em 2014 em comparação a 2013, ou seja, 4,1%, em razão da finalização de projetos que consequentemente geraram aumento da base de ativos, dentre os quais se destacam: remodelagem e melhoria das estações, projeto de comunicação trem-terra e início da operação da estação Uruguaia.

Resultado financeiro

R\$ MM	2014	2013	Δ
Receitas Financeiras	47,5	112,8	-57,9%
Despesas Financeiras	(124,9)	(148,9)	-16,1%
Resultado Financeiro	(77,4)	(36,1)	114,5%

Em 2014, o resultado financeiro líquido – negativo da Companhia apresentou um aumento de 114,5% em relação a 2013, o que corresponde à uma variação de R\$ 41,3 milhões. Esta variação ocorreu, principalmente, devido a:

- Receitas Financeiras:** redução de 57,9% ou R\$ 65,3 milhões em 2014 se comparado a 2013. Essa redução deve-se ao saldo menor em moeda estrangeira do fundo FIC (fundo de financiamento dos novos trens).
- Despesas Financeiras:** redução de R\$ 24,0 milhões, ou 16,1% no exercício de 2014

As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

7.2. Declaração da diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as

se comparado ao mesmo período de 2013. Essa redução é justificada por: i) juros sobre a operação de crédito em dólares norte-americanos realizado junto ao Citibank, referente à Lei 14131; ii) menor montante de capitalização de juros, devido a finalização de projetos de investimento; iii) menor impacto cambial sobre o fundo FIC (financiamento dos novos trens); iv) quitação da Nota Promissória e Debêntures do HSBC e v) juros e amortização sobre as debêntures LAMSA.

EBITDA

	2014	2013	Δ
EBITDA	278,0	197,9	40,5%
(+) Depreciação & Amortização	103,9	99,8	4,1%
EBITDA¹	278,0	197,9	40,5%
Ajustes	-(0,5)	-(0,5)	-100%
(-) Receita de Construção (IFRS)¹	(118,0)	(7,5)	-100%
(+) Custo de Construção (IFRS)¹	118,0	7,0	-100%
EBITDA Ajustado²	278,0	197,9	40,5%
Receita Líquida Ajustada	302,2	551,7	27,3%
Margem EBITDA (%) Ajustada	39,6%	35,9%	3,7p.p.

O EBITDA totalizou R\$ 278,0 milhões no ano de 2014, um aumento de 40,5% em relação ao ano de 2013, com uma margem EBITDA de 39,6%, uma variação positiva de 3,7 p.p. no período em comparação.

Lucro Líquido

R\$ MM	2014	2013	Δ
Lucro/Prejuízo no Exercício	61,2	36,1	69,7%

O Lucro Líquido do exercício foi de R\$ 61,2 milhões, representando um aumento de 69,7% ou R\$ 25,1 milhões em relação a 2013.

Endividamento

R\$ MM	2014	2013	Δ
Divida Bruta	1.168,6	1.129,3	3,5%
Curto Prazo	66,2	347,7	-81,0%
Longo Prazo	1.102,5	781,6	41,0%
Disponibilidades	185,7	201,6	-7,9%
Caixa e equivalentes de caixa	38,8	91,7	-57,7%
Aplicações Financeiras	146,9	109,9	33,7%
Divida Líquida	982,9	927,7	5,9%

A dívida bruta da Companhia encerrou o ano de 2014 com um saldo de R\$ 1.168,6 bilhões. O aumento de R\$ 39,3 milhões, ou 3,5% ocorreu principalmente devido à captação de Notas Promissórias no montante de R\$ 55 milhões. Em novembro de 2014, foi realizada rolagem de Nota Promissória, através da substituição desta por uma debênture com vencimento em 19 de maio de 2016.

Adicionalmente, houve um alongamento da dívida (atualmente, 94,3% da dívida é de longo prazo ante 69,2% nos 12M13) devido ao alargamento dos prazos dos financiamentos, no montante de R\$ 295 milhões (amortização das Debêntures e Notas promissórias). As debêntures possuem taxas de juros mais atraentes e prazo de amortização maiores.

Investimentos

R\$ MM	2014	2013	Δ
Adição ao Imobilizado	43,8	84,1	-47,9%
Adição ao Intangível (Software & Outros)	2,7	0,5	442,9%
Direito de Concessão (Investimento)	128,9	129,1	-0,1%
(-) Capitalização de Result. Financeiro Intangível	(10,9)	-	100,0%



BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Expresso em milhares de reais)

ATIVOS	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
			Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
ATIVOS CIRCULANTES							
Caixa e equivalentes de caixa	4	38.807	56.362	18.133	38.809	56.364	18.135
Aplicações financeiras	5	115.885	45.906	140.042	115.885	45.906	140.042
Créditos a receber	6	4.504	7.579	1.649	4.504	7.579	1.649
Estoques	7	23.025	17.556	15.464	23.025	17.556	15.464
Impostos a recuperar	8.a	1.433	9.874	5.157	1.433	9.874	5.157
Adiantamento a fornecedores		4.288	3.317	9.807	4.288	3.317	9.807
Partes relacionadas	9	3.389	1.875	400	3.389	1.875	400
Instrumentos financeiros derivativos	23	3.885	-	-	3.885	-	-
Outros ativos		10.411	8.000	5.139	10.411	8.000	5.139
Total do ativo circulante		205.627	150.469	195.791	205.629	150.471	195.793
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo							
Aplicações financeiras	5	31.028	26.389	25.307	31.028	26.389	25.307
Créditos a receber	6	4.622	6.196	5.445	4.622	6.196	5.445
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.c	38.693	50.981	69.077	38.693	50.981	69.077
Depósitos judiciais	16	43.625	53.879	43.132	43.625	53.879	43.132
Investimentos	12	2	2	2	-	-	-
Imobilizado	10	92.505	57.012	38.575	92.505	57.012	38.575
Intangível	11	2.262.018	2.226.031	2.218.138	2.262.018	2.226.031	2.218.138
Total dos ativos não circulantes		2.472.493	2.420.490	2.399.676	2.472.491	2.420.488	2.399.674
TOTAL DOS ATIVOS		2.678.120	2.570.959	2.595.467	2.678.120	2.570.959	2.595.467

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
			Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Fornecedores	13	61.848	63.089	36.651	61.848	63.089	36.651
Empréstimos e financiamentos	14	57.418	242.607	54.290	57.418	242.607	54.290
Debêntures	14	8.734	119.166	2.429	8.734	119.166	2.429
Impostos, taxas e contribuições a pagar	8.b	4.806	5.369	8.854	4.806	5.369	8.854
Salários, provisões e contribuições sociais		17.487	14.267	13.874	17.487	14.267	13.874
Concessões de serviços públicos	15	1.266	6.948	255.330	1.266	6.948	255.330
Participações a empregados	20	12.762	7.582	6.000	12.762	7.582	6.000
Serviços a prestar		5.451	2.300	2.252	5.451	2.300	2.252
Partes relacionadas	9	4.665	2.954	2.451	4.665	2.954	2.451
Outras obrigações		1.513	942	453	1.513	942	453
Total do passivo circulante		175.950	465.224	382.584	175.950	465.224	382.584
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	14	669.013	612.168	646.504	669.013	612.168	646.504
Debêntures	14	433.457	154.170	261.701	433.457	154.170	261.701
Concessões de serviços públicos	15	42.381	44.944	47.628	42.381	44.944	47.628
Impostos, taxas e contribuições		187	203	205	187	203	205
Provisões para riscos	16	14.156	12.496	11.166	14.156	12.496	11.166
Total do passivo não circulante		1.159.194	823.981	967.204	1.159.194	823.981	967.204
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17						
Capital social		1.344.160	1.344.160	1.344.160	1.344.160	1.344.160	1.344.160
Prejuízo acumulado		(1.184)	(62.406)	(98.481)	(1.184)	(62.406)	(98.481)
Total do patrimônio líquido		1.342.976	1.281.754	1.245.679	1.342.976	1.281.754	1.245.679
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.678.120	2.570.959	2.595.467	2.678.120	2.570.959	2.595.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita líquida de serviços		702.204	551.729	702.204	551.729
Receita de construção		117.981	7.509	117.981	7.509
RECEITA LÍQUIDA	25	820.185	559.238	820.185	559.238
Custo dos serviços prestados	25	(394.950)	(358.202)	(394.950)	(358.202)
Custo de construção	25	(117.981)	(6.994)	(117.981)	(6.994)
LUCRO BRUTO		307.254	194.042	307.254	194.042
Despesas gerais, administrativas e com vendas	25	(135.064)	(95.314)	(135.064)	(95.314)
Outras receitas operacionais, líquidas		1.925	(125)	1.925	(125)
Total		174.115	98.603	174.115	98.603
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Receitas financeiras	18	47.517	112.849	47.517	112.849
Despesas financeiras	18	(124.892)	(148.925)	(124.892)	(148.925)
Total		(77.375)	(36.076)	(77.375)	(36.076)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		96.740	62.527	96.740	62.527
Imposto de renda e contribuição social corrente	8.c	(23.229)	(8.356)	(23.229)	(8.356)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.c	(12.289)	(18.096)	(12.289)	(18.096)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		61.222	36.075	61.222	36.075
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações (em Reais - R\$)	24	42,31	24,93		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	61.222	36.075
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
TOTAL DE RESULTADO ABRANGENTES DO EXERCÍCIO	61.222	36.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Receitas	837.637	585.051
Prestação de serviços	722.667	576.196
Receita da construção	128.924	7.509
Provisão para devedores duvidosos	(17.684)	(476)
Outras receitas	3.730	1.822
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(340.577)	(190.950)
Custos das mercadorias e serviços vendidos		
Custo da construção	(117.981)	(6.994)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(222.596)	(182.825)
Perda/recuperação de valores ativos	-	(1.131)
Valor adicionado bruto	497.060	394.101
Retenções	(103.918)	(99.816)
Depreciação e amortização e exaustão	(103.918)	(99.816)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	393.142	294.285
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	47.517	112.849
Valor adicionado total a distribuir	440.659	407.134
Distribuição do valor adicionado	440.659	407.134
Pessoal e encargos	159.213	144.113
Remuneração direta	111.811	97.275
Benefícios	38.382	38.941
FGTS	9.020	7.897
Impostos, taxas e contribuições	80.232	76.243
Impostos federais	62.921	62.506
Impostos estaduais	3.479	2.752
Impostos municipais	13.832	10.985
Remuneração capital de terceiros	139.992	150.703
Juros	100.311	69.224
Aluguéis	2.724	963
Outras	36.957	80.516
Remuneração de capital próprio	61.222	36.075
Lucro líquido do exercício	61.222	36.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio (a seguir denominada como MetrôRio ou "Companhia") foi constituída sob a forma de "sociedade anônima" em 26 de agosto de 2008, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão com o objetivo de: (i) participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista; (ii) a participação em empreendimentos imobiliários; e (iii) a participação, como cotista, em fundos de investimentos regularmente constituídos. Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, a Companhia passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros. A principal atividade da Companhia é a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô, do Contrato de Concessão ("Contrato"), e de seus aditivos, esses últimos firmados entre a Companhia e o Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Poder Concedente"). A Companhia poderá exercer outras atividades não previstas no Contrato, podendo participar como sócia ou acionista em outras sociedades, desde que estas atividades complementares não afetem adversamente a prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros. As atividades da Companhia não apresentam sazonalidade. A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia, foram aprovadas em 26 de março de 2015 pela Administração da Companhia, compreendem:

a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Reapresentado)	Capital social subscrito e integralizado		Prejuízos acumulados		Total
	1.344.160	(98.481)	1.245.679		
Lucro líquido do exercício	-	36.075	36.075		36.075
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Reapresentado)	1.344.160	(62.406)	1.281.754		1.281.754
Lucro líquido do exercício	-	61.222	61.222		61.222
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	1.344.160	(1.184)	1.342.976		1.342.976

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2014		31/12/2013	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		96.740	96.740	62.527	62.527
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	10/11	103.918	103.918	99.816	99.816
Baixa de imobilizado e intangível	10/11	75	75	350	350
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas		128.664	128.664	50.519	50.519
Ajuste a valor presente		77	77	689	689
Ajuste de operação de hedge		(3.885)	(3.885)	-	-
Margem de construção		-	-	(515)	(515)
Provisão para devedores duvidosos		17.684	17.684	477	477
Outros		3.858	3.858	2.967	2.967
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	6	(13.035)	(13.035)	(7.158)	(7.158)
Impostos a recuperar	8	8.441	8.441	-	-
Depósitos judiciais	16	11.463	11.463	(8.428)	(8.428)
Estoques	7	(4.338)	(4.338)	(3.223)	(3.223)
Outros créditos		(4.896)	(4.896)	2.152	2.152
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(17.927)	(17.927)	26.438	26.438
Salários, provisões e contribuições sociais		3.220	3.220	393	393
Impostos, taxas e contribuições	8	(563)	(563)	(14.231)	(14.231)



CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada no Brasil, definido pela Administração da Companhia, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) (IAS 21).

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

2.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor incorrido e ainda não recebido, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para devedores duvidosos é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor dos recebíveis em aberto a partir de 180 dias e o histórico de perdas com contas a receber.

2.6. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

2.7. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa 10 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Também fazem parte do Imobilizado equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.8. Intangível

Refere-se a direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas das concessões classificados como ativo intangível, em atendimento ao ICPC 01 (R1) (IFRIC 12).

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo

2.9. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Até 31 de dezembro de 2014 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos.

2.10. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.11. Impostos

Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquota		
Nome do tributo	Sigla	Receitas acessórias	Receita com venda de passagens
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	1,65%	–
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%	–
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	–	2,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1) (IAS 18), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12), levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.12. Plano de previdência e outros benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

O CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (IAS 19) dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-aposentadoria da Companhia representa o valor presente das obrigações, excluindo ganhos e perdas atuariais não reconhecidas. O custo de proporcionar benefícios pós-aposentadoria é apropriado na demonstração de resultados durante os períodos que beneficiam os serviços do empregado.

2.13. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base no CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33). O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

A Companhia identificou o passivo sujeito ao ajuste a valor presente concessões de serviços públicos. As taxas de juros implícitas de 4,8% a.a., aplicadas, foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidado da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis

consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros de debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação. A qualidade dos títulos é revisada, e aqueles com um spread de crédito excessivo são excluídos da população de títulos os quais são utilizados para identificar a taxa de juros.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido e mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente.

2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.17. Instrumentos financeiros

a) **Reconhecimento inicial e mensuração**

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e instrumentos com característica de hedge. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber e adiantamentos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos e debêntures.

b) **Mensuração subsequente**

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo pode sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.18. Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades no transporte público de passageiros a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio e suas operações não são controladas e gerenciadas pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.19. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais vem, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.20. Contratos de concessão

A contabilização do contrato de concessão é conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

2.21. Adoção das IFRSs novas e revisadas

a) Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente.

No exercício corrente, foram aplicadas diversas emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2014.

• Alterações às IFRS 10/CPC 36 (R3), IFRS 12/CPC 45 e IAS 27/CPC 35 (R2) -Entidades de Investimento.

As alterações da IFRS 10/CPC 36 (R3) definem uma entidade de investimento e requer que uma entidade que atenda à definição de Entidade de Investimento não consolide suas subsidiárias, mas sim avalie as suas subsidiárias pelo seu valor justo com reflexo no resultado do exercício em suas Demonstrações Financeiras.

Para se qualificar como uma entidade de investimento, a controladora deve atender todos os seguintes critérios:

• Obter recursos de um ou mais investidores com o intuito de prestar a esses investidores serviços de gestão de investimento.

• Comprometer-se com os seus investidores no sentido de que seu propósito comercial é investir recursos exclusivamente para retornos de valorização do capital, receitas de investimentos ou ambos.

• Mensurar e avaliar o desempenho de substancialmente todos os seus investimentos com base no valor justo.

Como consequência às alterações da IFRS 10/CPC 36 (R3), foram efetuadas alterações à IFRS 12/CPC 45 e IAS 27/CPC 35 (R2) para introduzir novos requerimentos de divulgação para entidades de investimento.

Como a Companhia não é entidade de investimento (utilizando os critérios definidos pela IFRS 10/CPC 36 (R3) a partir de janeiro de 2014), a aplicação dos ajustes não trouxe impactos nas divulgações ou nos montantes reconhecidos nas Demonstrações Financeiras.

• IAS 32/CPC 39 - Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos

Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. Especificamente, a emenda clarifica o significado de “direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido” e “realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente”. A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos nas Demonstrações Financeiras.

• IFRIC 21 - Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida.

A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos nas Demonstrações Financeiras.

• Alterações à IAS 39 - Novação de Derivativos e Continuidade de Contabilidade de *Hedge*

As alterações ao IAS 39/CPC 38 retiram a obrigatoriedade de descontinuar a contabilidade de hedge quando um derivativo designado como instrumento de hedge é renovado sob determinadas circunstâncias. A alteração também esclarece que qualquer mudança no valor justo do derivativo designado como instrumento de hedge derivativo que ocorra em decorrência da novação deve ser incluída na avaliação e mensuração da efetividade do hedge. A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos nas Demonstrações Financeiras.

b) Normas em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015

• IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 *Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:

• Alterações nos pronunciamentos IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) - Esclarecimentos dos Métodos

Aceitáveis de Depreciação e Amortização

As alterações à IAS 16/CPC 27 proibem as empresas a usarem o método de depreciação baseada na receita para itens do imobilizado. As alterações da IAS 38/CPC 04 (R1) introduzem a premissa refutável de que a receita não é uma base apropriada para determinar a amortização de um ativo intangível.

Essa premissa pode ser refutada apenas nas duas condições abaixo:

(a) Quando o ativo intangível for expressamente mensurado pela receita.

(b) Quando for possível demonstrar que a receita e os benefícios econômicos do ativo intangível são altamente correlacionados.

A Companhia usa o método linear de depreciação e amortização para os seus ativos imobilizado e intangível respectivamente.

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

• IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes

Em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 irá substituir o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetivo.



Os princípios fundamentais da IFRS 15 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços.

Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- Passo 2: Identificar a obrigação definida no contrato.
- Passo 3: Determinar o preço da transação.
- Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de performance do contrato.
- Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou se) a empresa cumprir as obrigações de performance.

Com a IFRS 15, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de realizar for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. Um guia muito mais detalhado é fornecido pela IFRS 15 para atender a cenários específicos. A IFRS 15 vai requerer um maior detalhamento nas divulgações.

• Alterações à IAS 19/CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados
As alterações à IAS 19 / CPC 33 (R1) esclarecem como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros para planos de benefício definido, dependendo se essas contribuições dependem do número de anos de serviços prestados pelo empregado.

Para contribuições que são independentes do número de anos de serviço, a entidade pode escolher entre reconhecer as contribuições como uma redução dos custos do serviço no decorrer do período em que o serviço é prestado, ou atribuí-las ao período de serviços do empregado usando o método de projeção de unidades de crédito; para as contribuições que dependem do número de anos de serviço, a entidade é requerida a atribuir as contribuições ao período de serviço do empregado.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas demonstrações financeiras, no entanto, não são esperados impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos nas Demonstrações Financeiras.

2.22. Ajustes nos saldos comparativos

A Companhia realizou em 2014, uma revisão dos itens classificados em seu imobilizado e identificou que parte desse imobilizado estava relacionada à infraestrutura vinculada à concessão. Dessa forma efetuou a reclassificação para o intangível. Em conformidade com o Pronunciamento CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, o balanço patrimonial comparativo está sendo reapresentado conforme demonstrado a seguir:

	Em 01/01/2013			Em 31/12/2013		
	Publicado	Ajuste	Reapresentado	Publicado	Ajuste	Reapresentado
Ativo não circulante						
Imobilizado	202.545	(163.970)	38.575	298.105	(241.093)	57.012
Intangível	2.054.168	163.970	2.218.138	1.984.938	241.093	2.226.031

3. CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos de transporte metrôviário de passageiros, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01 (R1). Segue abaixo um breve descritivo do contrato:

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da arrecadação derivada da venda de passagens de diversos serviços, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Além da receita com passagens, o MetrôRio faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão.

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metrôviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens, sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038. Até aquele momento, com base nos termos até então vigentes, a concessão se encerraria em 27 de janeiro de 2018.

A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo MetrôRio, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitan do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte, tais como: Concessionária: prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários; manter, durante todo o período da concessão, pessoal técnico e administrativo, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado; prestar contas da gestão do serviço à AGETRANS e aos usuários, manter os seguros compatíveis com suas responsabilidades para com o Estado; zelar pela integridade dos bens vinculados à concessão; Estado: regulamentar os serviços concedidos; intervir na concessão para garantir a adequada prestação dos serviços; reajustar e revisar a tarifa básica; indenizar a concessionária por perdas que venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e em razão da falta de reajuste ou revisão das tarifas; entregar à concessionária toda documentação técnica, aí incluídos lista de bens reversíveis; autorizar a concessionária, com recursos financeiros próprios, a importar e/ou adquirir os bens considerados reversíveis.

O Contrato determinava, e o Aditivo manteve, no mês de abril, o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado ("IGP-M"), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

No evento da extinção do contrato de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à concessão. O MetrôRio terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo.

O contrato de concessão foi classificado como ativo intangível à medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não houve alteração no contrato de concessão.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	5.516	3.464	5.518	3.466
Certificado de depósitos bancários - CDB	677	22.192	677	22.192
Operações compromissadas lastreadas em debêntures	32.614	30.706	32.614	30.706
Caixa e equivalentes de caixa	<u>38.807</u>	<u>56.362</u>	<u>38.809</u>	<u>56.364</u>

A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Tais aplicações financeiras podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aquisições e aplicado em compromissada de 101% a 102% do CDI.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa	Vencimento	Controladora e Consolidado	
			31/12/2014	31/12/2013
Fundo cambial exclusivo (a)	117,58%	set/18		
Letras financeiras de tesouro			38.066	34.103
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional			13.075	11.803
			51.141	45.906
Fundo mover (b)	100,69%	nov/26		
Letras financeiras de tesouro			2.539	-
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional			606	-
Certificado de depósitos bancários - CDB			9.050	-
Operações compromissadas			52.549	-
			64.744	-
Total circulante			115.885	45.906
Certificado de depósitos bancários - CDB	75%	maio/18	11.172	10.229
Fundos não exclusivos de investimento de renda fixa	10,5%	out/15	9.972	9.152
Operações compromissadas	99,5%	jun/16	9.884	7.008
Total não circulante			31.028	26.389
Aplicações financeiras			146.913	72.295

(a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta bancária específica para este fim; e, conseqüentemente, não são de pronta disponibilidade para Administração da Companhia.

(b) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Fazem parte deste fundo, a Invepar, o MetrôBarra, MetrôRio, Via 040 e a LAMSA.

De acordo com os termos da Cláusula 8ª, Parágrafo 3º, do Sexto Termo Aditivo, em 31 de dezembro de 2014, o montante destinado para realização de melhorias extraordinárias no sistema metrôviário da Cidade do Rio de Janeiro é de R\$ 6.936 e não há restrição de movimentação destes recursos.

As aplicações financeiras de longo prazo somam R\$ 31.028, estão vinculadas a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão, conforme descrito abaixo:

- R\$5.631, (intermediador Banco Safra S.A.), R\$4.368, (intermediador Banco Bradesco S.A.) e R\$3.857, (intermediador Banco Itaú BBA) referem-se a garantias para contratação de cartas de fiança, cuja finalidade é servir de garantia nos processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais, proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária e nos contratos de fornecimento de serviço;
- R\$960 (Banco Bradesco S.A.), R\$13 (Banco Santander) e R\$21 (Banco Votorantim), referem-se a valores bloqueados judicialmente nas aplicações financeiras para atender a processos trabalhistas e cíveis;
- R\$9.972, referem-se à aplicação em fundo de investimento mantida pela Companhia junto à instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 7 de maio de 2008, 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES. Mais detalhes sobre esta operação estão descritos na Nota Explicativa 14;
- R\$6.206, refere-se à aplicação em CDB mantida pela Companhia junto à Caixa Econômica Federal para garantir o financiamento contratado em 30 de junho de 2010 junto à Caixa Econômica Federal, referentes à três prestações mensais.

6. CRÉDITOS A RECEBER

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Venda de passagens (a)	2.438	5.106
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (b)	6.402	6.734
Outros títulos a receber	178	164
Provisão para créditos duvidosos	(4.514)	(4.425)
Créditos a receber circulante - líquido	<u>4.504</u>	<u>7.579</u>
Não circulante		
Recebíveis do GERJ (c)	10.317	6.196
Provisão para créditos duvidosos	(5.695)	-
Créditos a receber não circulante	<u>4.622</u>	<u>6.196</u>

Os valores relativos a créditos a receber são:

- (a) Receita de passagens a receber da Fetranspor e integrações;
- (b) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios); e
- (c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes a gratuidades estudantil, JMJ, Copa das Confederações e Copa do Mundo.

	Provisão para créditos duvidosa	Saldo a vencer e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos						
			< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121-150 dias	151-180 dias	> 180 dias
31 de dezembro de 2014	19.335 (10.209)	2.438	1.855	123	141	126	28	22	14.602
31 de dezembro de 2013	18.200 (4.425)	-	7.504	50	23	17	38	46	10.522

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Empresas	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	31 de dezembro de 2014						
		< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
METRÔRIO	(10.209)	(41)	(10)	(5)	(126)	(28)	(22)	(9.977)
Empresas	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	31 de dezembro de 2013						
		< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
METRÔRIO	(4.425)	(90)	(5)	(5)	(18)	(38)	(36)	(4.233)

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa		31/12/2014	31/12/2013
Saldo no início do período		(4.425)	(3.948)
Adições		(6.289)	(1.033)
Reversão		505	556
Saldo no fim do período		<u>(10.209)</u>	<u>(4.425)</u>

A provisão para devedores duvidosos é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor dos recebíveis em aberto a partir de 90 dias e o histórico de perdas com contas a receber.

Estado do Rio de Janeiro - Gratuidades a compensar - Lei nº 4.510/05 e Lei nº 5.359/08

Em 23 de dezembro de 2008, através da Lei nº 5.359/08, o Governo do Estado do Rio de Janeiro alterou o Artigo 6º da Lei nº 4.510/05, onde definiu que a isenção concedida por essa Lei será custeada diretamente pelo Estado, por meio de repasse de verba da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos, em procedimento a ser regulamentado pelo Poder Executivo. Adicionalmente, a Lei nº 5.359/08 estabeleceu que o valor de R\$1,00, correspondente ao valor de cada viagem realizada, será atualizado na mesma data e na mesma proporção da tarifa praticada nas linhas e serviços de transportes coletivos de passageiros do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se no aguardo da publicação do referido regulamento.

A Companhia recebeu o montante de R\$ 445 referentes à gratuidade estudantil no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e, no mesmo período de 2013, foram recebidos valores de R\$ 156 referentes à gratuidade.

7. ESTOQUES

Materiais auxiliares e de manutenção e bilhetes	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Adiantamento a fornecedores	17.116	11.320
Importações em andamento (a)	751	5.517
Total	<u>5.158</u>	<u>7.19</u>
	<u>23.025</u>	<u>17.556</u>

(a) O aumento se deu pela apropriação/desembarço de materiais importados.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) **Impostos a recuperar - circulante**

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social	1.167	5.942
IRRF Aplicações financeiras e serviços	-	2.890
IRPJ - Saldo negativo (anos anteriores)	-	885
Outros	266	157
Total	<u>1.433</u>	<u>9.874</u>

b) **Impostos, taxas e contribuições a pagar - circulante**

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social	762	-
PIS e COFINS	499	393
ISS	1.488	959
ICMS	28	703
IRRF e CSRF	1.339	2.740
Taxa AGETRANS-RJ	313	219
INSS sobre terceiros	377	355
Total	<u>4.806</u>	<u>5.369</u>

c) **Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Se houver fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, essas projeções serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

Natureza	31/12/2014	31/12/2013	Fundamento para realização
Prejuízo fiscal	10.799	17.976	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com prejuízo fiscal.
Base negativa de contribuição social	4.051	6.634	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com base negativa de contribuição social.
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.517	1.504	Realização pelo recebimento ou efetivação da perda, ou ainda pela aquisição de dedutibilidade face ao ajuizamento da cobrança e prazo de vencimento maior que 2 anos. Expectativa de realização conforme o julgamento das causas (ações judiciais cuja perda é considerada provável).
Provisão para riscos	4.813	4.249	Expectativa de realização conforme pagamento da outorga suplementar.
Amortização provisão outorga suplementar	7.799	4.213	Expectativa de realização conforme pagamento.
Varição cambial não realizada	(2.126)	1.614	Expectativa de realização conforme pagamento.
Provisão para Participação nos Lucros	4.289	2.578	Expectativa de realização conforme pagamento.
Outros não dedutíveis	5.027	997	Expectativa de realização conforme pagamento.
Ajuste RTT(*)	(7.252)	7.887	Expectativa de realização conforme Amortização fiscal do intangível.
Outros	3.776	3.329	Expectativa de realização conforme pagamento ou Baixa.
	<u>38.693</u>	<u>50.981</u>	
Impostos diferidos - Ativo	45.945	50.981	
Impostos diferidos - Passivo	(7.252)	-	

(*) 31/12/2014 - Ajuste IFRS - Amortização fiscal x contábil (R\$1.913). Ajuste IFRS - Custo de captação (custo da dívida) (R\$589). 31/12/2013 - Ajuste IFRS - Amortização fiscal x contábil R\$6.914. Ajuste IFRS - Custo de captação (custo da dívida) R\$973.

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2014		31/12/2013	
2014	-	-	14.460	-
2015	13.911	-	3.729	-
2016	1.108	-	3.729	-
2017	1.594	-	3.729	-
2018	2.145	-	3.729	-
2019	2.991	-	3.729	-
2020	3.468	-	3.729	-
2021 em diante	20.728	-	14.147	-
Total	<u>45.945</u>	<u>-</u>	<u>50.981</u>	<u>-</u>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	96.740	62.527
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(32.892)	(21.259)
Adições permanentes	(1.486)	(7.445)
Outros	(1.140)	2.252
	<u>(35.518)</u>	<u>(26.452)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(23.229)	(8.356)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.289)	(18.096)
Total dos impostos no resultado	<u>(35.518)</u>	<u>(26.452)</u>

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627/13 (MP), que revoga o RTT e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos



Remuneração dos Administradores

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, gratificações, assistência médica e dentária, como demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2014	31/12/2013
	Diretoria	Diretoria
Composição		
Pró-labore	2.703	1.960
Bônus variáveis	1.257	1.586
Encargos	582	645
Outros benefícios	262	738
Total	4.804	4.929

Em 29 de abril de 2014 foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$ 6.326.

Conforme termos de renúncia de remuneração assinada pelos conselheiros em 29 de abril de 2014, os conselheiros renunciaram qualquer remuneração pelo exercício da função.

Debêntures

Conforme descrito na nota explicativa 14 em 31 de julho de 2012 a Companhia efetuou emissão de debêntures no montante de R\$154.170, adquiridas pela parte relacionada Linha Amarela S.A. - LAMSA.

Estas debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% a.a., até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso).

O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive.

Serviços

Em 30 de dezembro de 2010, a Companhia firmou contrato de prestação em regime de preço global com a Construtora OAS Ltda. para a execução de obras de implantação da estação metroviária Uruguaí.

O regime de execução destes serviços, cujo prazo foi de 24 meses, é o de empreitada global, e o preço acordado entre as partes foi de R\$147.563, devendo os pagamentos serem realizados em parcelas mensais, de acordo com a evolução física dos serviços apurada mensalmente. A última parcela foi paga em maio de 2013. No dia 10 de novembro de 2014, foi assinado o termo de encerramento deste contrato.

10. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Controladora e Consolidado			
		Reapresentado Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências
Imobilizado					
Máquinas e equipamentos	12,60%	40.925	13.418	(1)	2.574
Móveis e utensílios	10%	11.152	8.762	(25)	6.984
Veículos	20%	1.823	-	-	-
Equipamentos de computação	20%	9.071	3.300	(33)	164
Peças sobressalentes		12.866	7.169	-	(9.935)
Adiantamento a fornecedores		6.636	11.177	-	213
Imobilizado bruto		82.473	43.826	(59)	-
Máquinas e equipamentos		(15.123)	(4.455)	-	-
Móveis e utensílios		(4.523)	(2.197)	20	-
Veículos		(1.528)	(117)	-	-
Equipamentos de computação		(4.287)	(1.558)	33	-
Depreciação acumulada		(25.461)	(8.327)	53	-
Imobilizado líquido		57.012	35.499	(6)	-

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Controladora e Consolidado			
		Reapresentado Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Reapresentado Saldo em 31/12/2013
Imobilizado					
Máquinas e equipamentos	12,60%	27.387	13.538	-	40.925
Móveis e utensílios	10%	7.463	3.689	-	11.152
Veículos	20%	2.540	126	(843)	1.823
Equipamentos de computação	20%	7.549	1.627	(105)	9.071
Peças sobressalentes		12.908	10.722	(10.764)	12.866
Adiantamento a fornecedores		1.789	4.847	-	6.636
Imobilizado bruto		59.636	34.549	(11.712)	82.473
Máquinas e equipamentos		(12.159)	(2.964)	-	(15.123)
Móveis e utensílios		(3.858)	(665)	-	(4.523)
Veículos		(1.901)	(200)	573	(1.528)
Equipamentos de computação		(3.143)	(1.233)	89	(4.287)
Depreciação acumulada		(21.061)	(5.062)	662	(25.461)
Imobilizado líquido		38.575	29.487	(11.050)	57.012

De acordo com o CPC01 (R1)/IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2014, não foram identificados ativos com indícios de impairment.

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não havia bens do ativo imobilizado dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

11. INTANGÍVEL

	Controladora e Consolidado			
	Reapresentado Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldo em 30/12/2014
Concessão de serviços públicos				
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	394.136	-	-	394.136
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	1.142.566	94.556	-	1.237.122
Investimento na concessão	377.054	34.368	(69)	411.353
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (c)	932.843	-	-	932.843
Direito de software	5.771	2.723	-	8.494
Outros	14	-	-	14
Total intangível bruto	2.852.384	131.647	(69)	2.983.962
Direito de concessão (até janeiro de 2018)	(219.676)	(10.816)	-	(230.492)
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038)	(251.075)	(50.405)	-	(301.480)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)	(152.991)	(32.165)	-	(185.156)
Direito de software	(2.611)	(2.205)	-	(4.816)
Amortização acumulada (d)	(626.353)	(95.591)	-	(721.944)
Total intangível líquido	2.226.031	36.056	(69)	2.262.018

	Controladora e Consolidado			
	Reapresentado Saldo em 01/01/2013	Adições	Baixas	Reapresentado Saldo em 30/12/2013
Concessão de serviços públicos				
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	474.329	-	(80.193)	394.136
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	1.337.702	253.931	(72.013)	1.519.620
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (c)	932.843	-	-	932.843
Direito de software	4.848	945	(22)	5.771
Outros	14	-	-	14
Total intangível bruto	2.749.736	254.876	(152.228)	2.852.384
Direito de concessão (até janeiro de 2018)	(211.741)	(7.935)	-	(219.676)
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038)	(197.281)	(53.794)	-	(251.075)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)	(120.827)	(32.164)	-	(152.991)
Direito de software	(1.749)	(862)	-	(2.611)
Amortização acumulada (d)	(531.598)	(94.755)	-	(626.353)
Total intangível líquido	2.218.138	160.121	(152.228)	2.226.031

Em 31 de dezembro de 2014 não havia bens do ativo intangível dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

a) Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018)

O montante referente ao Ativo intangível - Direito de concessão "Outorga principal" é de R\$231.196 e o montante referente ao Ativo intangível - Direito de concessão "Outorga suplementar" é de R\$162.940.

b) Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Conforme detalhado na nota explicativa 15, através de Aditivo as partes acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutive, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038.

A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo intangível (Renovação / extensão do Direito de concessão).

c) Concessão (decorrente de aquisição de controle)

Direito de concessão obtido na aquisição de controle do MetrôRio. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

d) Prazo de amortização

A amortização do intangível referente à Concessão é linear de acordo com o número de dias restantes para o final da Concessão. O valor é registrado no custo de serviços e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no Ativo intangível.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Provisão para redução do valor recuperável de ativos

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado representativo dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento de suas operações.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, considerando se tratar de ativos intangíveis com prazo de vida útil definida.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

• **Receitas**
As receitas foram projetadas entre 2015 e 2019 considerando o crescimento da base de usuários.

• **Custos e despesas operacionais**
Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.

• **Investimentos de capital**
Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

12. INVESTIMENTOS

Em 31 de janeiro de 2007, a Companhia adquiriu uma empresa inoperante MASU 9 visando ter a sua disposição uma subsidiária para desenvolver atividades acessórias, nos termos do Parágrafo 7º, da Cláusula 8ª do Contrato. A empresa MASU9 Participações Ltda., é uma subsidiária da Companhia, que possui 99,95% do Capital social da investida que totaliza R\$2, subscrito e totalmente integralizado, e que está dividido em 2.000 (duas mil) quotas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. A referida empresa continua inoperante, não gera receita e não possui contingências, compromissos, avais ou garantias em favor de terceiros.

O ativo e patrimônio líquido da controlada em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão abaixo demonstrados:

	MASU 9	
	31/12/2014	31/12/2013
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	2	2
Total do ativo	2	2
Patrimônio líquido		
Capital social	2	2
Total patrimônio líquido	2	2

Em 10 de outubro de 2008, a Companhia constituiu uma filial Citpax LLC, nos EUA, com participação integral no capital, com o objetivo de: (a) promover no exterior a marca da Companhia; (b) coordenar esforços para a exploração, via subsidiária, de serviços de transporte urbano de passageiros no exterior; (c) buscar novos padrões tecnológicos para o aperfeiçoamento das operações da Companhia; e (d) servir como um centro de supervisão para eventuais transferências de tecnologia e serviços contratados junto a prestadores de serviços sediados no exterior.

O capital social da investida é de US\$12,200 (doze milhões e duzentos mil dólares), totalmente integralizados. A Citpax é considerada uma filial da Companhia por não possuir corpo gerencial próprio, autonomia administrativa, não contratar operações próprias, utilizar a moeda do MetrôRio como moeda funcional, e funcionar, na essência, como extensão das atividades do MetrôRio.

	Citpax	
	31/12/2014	31/12/2013
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	22	34
Imobilizado	995	995
Intangível	13.551	13.551
Total do ativo	14.568	14.580
Passivo		
Contas a pagar MetrôRio	3.646	3.369
Contas a pagar	1.993	2.259
	5.639	5.628

	Citpax	
	31/12/2014	31/12/2013
Patrimônio líquido		
Capital social	24.709	24.709
Prejuízos acumulados	(15.780)	(15.757)
	8.929	8.952
Total do passivo e patrimônio líquido	14.568	14.580

	Citpax	
	31/12/2014	31/12/2013
Custo dos serviços prestados	-	(82)
Lucro bruto	-	(82)
Despesas gerais e administrativas	(10)	(8)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(10)	(90)
Resultado Financeiro	(13)	(503)
Resultado antes dos impostos	(23)	(593)
Prejuízo do exercício	(23)	(593)

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores nacionais	34.323	37.004
Fornecedores internacionais	27.525	26.085
Total	61.848	63.089

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures estava composto da seguinte forma:

	Objeto	Inde-xador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	Controladora e Consolidado			
						31/12/2014	31/12/2013	Não circulante	Total
BNDES Direto 1	TJLP	2,02%	15/05/2015	7,93%	2.625	8.924	-	8.924	
BNDES Direto 2	TJLP	1,92%	15/02/2017	7,61%	9.179	9.883	19.062	8.849	
BNDES Direto 3	TJLP	1,72%	15/10/2017	5,33%	716	1.305	2.021	445	
Subcrédito "A"	TJLP	1,72%	15/10/2024	7,19%	22.906	196.732	219.638	22.926	
Subcrédito "B"	TJLP	1,72%	15/09/2024	6,95%	13.191	112.247	125.438	12.595	
Subcrédito "C"	TJLP	1,72%	15/09/2024	6,95%	13.191	112.247	125.438	12.595	
FINEP									
Subcrédito "A"	TJLP	0,25%	15/01/2018	5,25%	1.565	3.238	4.803	1.570	
Subcrédito "B"	TJLP	3,25%	15/01/2018	8,25%	1.662	3.426	5.088	1.666	
Financiamento									
Importação									
Calyon	USD	3,44%	02/11/2016	4,91%	2.288	2.260	4.548	2.015	
Nota promissória									
Banco HSBC	DI	0,75%	20/03/2014	12,65%	-	-	-	171.268	
Conta Garantida	DI	1,45%	18/03/2014	-	-	-	10.000	-	
Santander	USD	2,23%	11/03/2016	9,01%	-	98.410	98.410	-	
Citibank									
Caixa Econômica Federal	TR	7,80%	30/06/2034	8,07%	5.018	241.512	246.530	3.492	
Subtotal					59.150	669.013	728.163	243.750	
Custo de captação					(1.732)	(1.732)	(1.143)	-	
Total					57.418	669.013	726.431	242.607	
Debêntures									
Debêntures - HSBC	DI	1,50%	14/03/2014	-	-	-	-	117.940	
Debêntures - LAMSA	TR	9,50%	31/05/2027	10,22%	8.734	146.676	155.410	1.226	
Debêntures - HSBC 1	DI	1,4							



CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

	31/12/2014	31/12/2013
2015	-	66.903
2016	458.102	74.133
2017	64.653	64.509
2018	59.748	59.748
2019	59.480	59.480
2020 em diante	460.487	441.565
	1.102.470	766.338

BNDES

• Em 07 de maio de 2008, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES ("BNDES Direto 1"), no montante total de R\$34.314, bem como da respectiva garantia. O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas. A Companhia captou o valor integral do crédito disponibilizado. A amortização do principal deste financiamento está sendo feita em 66 prestações mensais e sucessivas entre 15 de dezembro de 2009 e 15 de maio de 2015.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de maio de 2008 e 15 de novembro de 2009 e, serão pagos mensalmente, no período de amortização.

• Em 6 de fevereiro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES ("BNDES Direto 2"), no montante de R\$52.166, bem como da respectiva garantia. A Companhia captou o valor integral do crédito disponibilizado.

A amortização do principal deste financiamento acima referido é feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de março de 2011 e 15 de fevereiro de 2017.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 1,92% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de fevereiro de 2009 e 15 de março de 2011, e mensalmente, no período de amortização do principal.

• Em 16 de setembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES ("BNDES Direto 3"), no montante total de R\$422.410, divididos em três subcréditos: "A" (R\$278.395), "B" (R\$3.200) e "C" (R\$140.815), para cobrir, principalmente, os desembolsos com as obras do projeto do Metrô do Século XXI. Até 31 de dezembro de 2014, havia sido desembolsado pelo BNDES à Companhia o montante de R\$422.410 (sendo R\$278.395 do subcrédito "A", R\$3.200 do subcrédito "B" e R\$140.815 do subcrédito "C").

A amortização do principal do subcrédito "A" será feita em 150 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2012 e 15 de outubro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito "A" incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de abril de 2012, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal.

A amortização do principal do subcrédito "B" será feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de novembro de 2011 e 15 de outubro de 2017. Sobre o principal da dívida do subcrédito "B" incidirá a TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de outubro de 2011, e serão pagos mensalmente no período de amortização do principal.

A amortização do principal do subcrédito "C" será feita em 132 prestações mensais e sucessivas entre 15 de outubro de 2013 e 15 de setembro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito "B" incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de setembro de 2010 e 15 de setembro de 2013, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal.

As principais garantias dos contratos de financiamento BNDES Direto 1, BNDES Direto 2 e BNDES Direto 3 são as seguintes:

• Vinculação de parcela da receita tarifária decorrente da prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros, em valor mensal não inferior a R\$19.906, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA.

• Constituição de conta reserva com saldo não inferior a R\$6.635, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da data da assinatura.

• Constituir penhor em favor do BNDES, em 1º grau para BNDES Direto 1, em 2º grau para o BNDES Direto 2 e em 3º grau para o BNDES Direto 3, sobre os seus Direitos Creditórios emergentes do Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, com a intervenção de terceiros, em 27 de janeiro de 1998, e seus posteriores aditivos, abrangendo o direito da Companhia de ser indenizada pelo Estado do Rio de Janeiro nas seguintes hipóteses:

a) Perdas que a mesma venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

b) Perdas em decorrência de contingências de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro ou de seus órgãos que venham a ser imputadas à Companhia.

c) Extinção da Concessão, nos termos do respectivo Contrato de Concessão, bem como outros direitos de indenização que a Companhia venha a ter em face do Estado do Rio de Janeiro por força do referido contrato.

Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos. A Administração da Companhia entende que esta condição não foi violada. Adicionalmente, esses contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Tanto para o contrato BNDES Direto 1 quanto para o contrato BNDES Direto 2, o índice financeiro é o seguinte: LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) sobre Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 2, a Companhia está cumprindo.

Financiamento
Em 12 de março de 2014, foi celebrado um Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças com o Citibank N.A., especificamente destinado para fins societários em geral, incluindo, mas não se limitando a reforço de seu capital de giro, no valor de US\$ 36.389, em parcela única, os juros incidirão sobre o saldo devedor do principal, calculados à taxa de 2,2313 a.a., serão pagos em parcela única. O principal será pago em 11 de março de 2016.

Financiamento importação
Em 26 de dezembro de 2008 a Companhia firmou um contrato de financiamento de importação junto ao Banco Calyon para cobrir até 85% das importações de equipamentos para o projeto de implantação de um sistema de sinalização ATP ("Automatic Train Protection"), objeto do contrato firmado com a GE Transportation Systems SPA. O financiamento contratado, terá atualização pela variação cambial e juros de 3,44% ao ano. A liberação dos recursos foi feita pelo Banco Calyon diretamente ao fornecedor no exterior, à medida que os equipamentos foram embarcados. A amortização do principal será realizada em dólar e em 14 parcelas semestrais consecutivas, vencendo a primeira 6 meses após a liberação do principal realizada pelo banco ao fornecedor, juntamente com o juros acumulado até essa data.

Notas promissórias
• Em 18 de março de 2013, a Companhia emitiu trinta e duas Notas Promissórias comerciais em série única, no valor nominal unitário de R\$5.000, coordenada pelo HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. totalizando R\$160.000. Em 25 de março de 2013, as Notas Promissórias foram totalmente subscritas e integralizadas. Estes títulos fazem jus a remuneração de CDI + 0,75% ao ano, em 14 de março de 2014, as Notas Promissórias foram totalmente liquidadas no montante de R\$174.868.

• Em 27 de maio de 2014, a Companhia emitiu cinco Notas Promissórias comerciais em série única, no valor nominal unitário de R\$11.000, coordenada pelo BB - Banco de Investimento S.A. totalizando R\$55.000. Em 27 de maio de 2014, as Notas Promissórias foram totalmente subscritas e integralizadas. Estes títulos fazem jus a remuneração de 109,30% da CDI ao ano, 19 de novembro de 2014, as Notas Promissórias foram totalmente liquidadas no montante de R\$58.105.

FINEP
Em 27 de agosto de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto à FINEP, no montante total de R\$21.500, divididos em subcréditos "A" (R\$10.452) e "B" (R\$11.048). O crédito foi integralmente posto à disposição da Companhia em 01 de agosto de 2011.

A amortização será feita em 81 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2011 e 15 de janeiro de 2018. Sobre o principal da dívida dos subcréditos "A" e "B" incidirão juros de 5,25% a.a. e 8,25% a.a. respectivamente, mais TJLP.

Caixa Econômica Federal
Em 30 de junho de 2010, a Companhia firmou contrato de financiamento e repasse destinado à realização de investimentos no sistema metroviário do Rio de Janeiro, no âmbito do programa PRO-TRANSPORTES/FGTS junto a Caixa Econômica Federal no montante total de R\$650.000, divididos em subcréditos "A" (R\$240.000) e "B" (R\$410.000). Em 30 de junho de 2011, foi creditado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$240.000 (subcrédito "A"). Este valor foi creditado em aplicação financeira específica e destina-se obrigatoriamente ao pagamento dos 114 carros metrô, sendo vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim. Os recursos do subcrédito "B" ainda não foram creditados à Companhia.

A amortização será feita em 240 meses contados a partir do término do prazo de carência dos subcréditos (48 meses). O saldo devedor será apurado mensalmente e são devidas as seguintes taxas:

a) Juros - equivalente à taxa nominal anual de 5,5%, capitalizada mensalmente.

b) Administração - valor equivalente à taxa nominal de 2% a.a., capitalizada mensalmente.

c) Risco de crédito - equivalente à taxa nominal de 0,3% a.a., capitalizada mensalmente.

O saldo devedor e as prestações serão reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade da utilização dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, utilizada para esse fim a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha a substituí-la.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos do BNDES "2" e "3", FINEP, Calyon e Caixa Econômica Federal foram capitalizados obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O montante capitalizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$10.943 (R\$28.948 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013).

Debêntures
• Em 14 de março de 2012, foram emitidas e integralmente subscritas, 10.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o valor total de R\$100.000.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, foi aprovada pelos Conselheiros, por unanimidade e sem ressalvas, a 2ª (segunda) Emissão de Debêntures da Companhia, com esforços restritos de colocação. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão serão destinados para a quitação de dívidas vincendas da Companhia.

As Debêntures são objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de colocação e melhores esforços de colocação a serem outorgados à Companhia pelo HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sendo R\$50.000 em regime de garantia firme de colocação e R\$50.000 em regime de melhores esforços de colocação. Em 14 de março de 2012, foi desembolsado pelo HSBC à Companhia o montante de R\$50.000.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. As Debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário, equivalentes a 100,00% da variação da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 1,50% ao ano. Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a data de emissão até a data de vencimento ou a data de realização do resgate antecipado.

Em 3 de maio de 2012 foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

Conforme Termo de Adesão ficou estabelecido que a Caixa Econômica Federal realizará a colocação das Debêntures ofertadas, sob o regime de garantia firme de colocação para o montante de R\$50.000, representando 5.000 Debêntures. Em 31 de maio de 2012, foi desembolsado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$50.000.

Em 14 de março de 2014, as debêntures foram totalmente liquidadas no montante de R\$120.596.

• Em 31 de julho de 2012, foram subscritas 154.170 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o valor total de R\$154.170.

O Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de debêntures foi firmado com base nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia datadas de 24 de abril de 2012 e 27 de julho de 2012, as quais deliberaram as condições da Emissão. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão serão para financiamento de até 90% do CAPEX de cada um dos projetos da Companhia. As debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a data de emissão das Debêntures, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, devendo ser paga ao final de cada período de capitalização, até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplimento, conforme o caso). Em 31 de agosto de 2012, foi repassado pela Linha Amarela S.A. à Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. o montante atualizado de R\$155.475.

As debêntures da Companhia não possuem cláusula de repactuação.

• Em 12 de março de 2014 foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

Para todos os fins de direito, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é a instituição intermediária líder responsável pela Oferta. A Emissão foi realizada em 13 de março de 2014, e composta por 21.000 (vinte e uma mil) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$210.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 24 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 13 de março de 2016.

• Em 19 de novembro de 2014 foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo BB – Banco de Investimento S.A.. A Emissão foi realizada em 13 de março de 2014, e composta por 5.500 (cinco mil e quinhentas) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10 (dez mil reais), perfazendo o montante de R\$55.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 18 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 19 de maio de 2016.

15. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	659	3.657
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	607	3.291
	1.266	6.948
Não circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	42.381	44.944
	42.381	44.944
	43.647	51.892

Total

a) Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018)

• R\$659 (R\$3.657 em 31 de dezembro de 2013) referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente quitado através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos. Com base no Aditivo, este saldo será pago pela Concessionária em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018. A quitação deste compromisso, atualizado até 31 de dezembro de 2014, está programada para maio de 2015.

• R\$42.381 (R\$ 44.944 em 31 de dezembro de 2013) referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de dezembro de 2014, o MetrôRio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ.

Esse compromisso, somava em 31 de dezembro de 2014, R\$42.381 (R\$44.944 em 31 de dezembro de 2013), líquido do montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente, no valor total de R\$46.447 (R\$32.206 em 31 de dezembro de 2013). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

b) Compromisso decorrente da Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Concessionária assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir o sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro que pertence à Concessão. A partir de 27 de dezembro de 2007, através do Aditivo, a Companhia também assumiu o compromisso de realizar investimentos destinados: (i) à implementação de novas estações metroviárias, inclusive a obrigação de concluir, em condições de operação, o trecho de 3,2 km, denominado Linha 1A (trecho inaugurado em 22 de dezembro de 2009), com a construção da Estação Cidade Nova (inaugurada em 1º de novembro de 2010), bem como a Estação Uruguai (inaugurada em março de 2014); (ii) à aquisição de novos trens; e (iii) à modernização das operações. Em 31 de dezembro de 2014, os investimentos previstos no Aditivo estavam estimados entre R\$900.000 e R\$1.200.000, e deverão sofrer alterações à medida que os projetos executivos forem sendo definidos e obtidas as cotações definitivas de preços dos diversos componentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o valor investido totalizou R\$128.924 (R\$253.391 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013).

Os gastos com a infraestrutura da concessão são contabilizados conforme o CPC 17 (R1) e ICPC 01 (R1), ou seja, todo gasto com infraestrutura da concessão é contabilizado como custo da construção na DRE e é apurada uma receita de construção com uma margem, que no caso, como há terceirização da obra, a margem é apurada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária da Companhia e eventuais custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. Esta receita de construção tem como contrapartida o intangível.

O valor de R\$607 (R\$3.291 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a renovação/extensão do direito de concessão do MetrôRio até janeiro de 2038.

c) Bens reversíveis
Conforme os termos do Parágrafo 1º da Cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998 para utilização na prestação dos serviços de transporte metroviário, de acordo com os termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô e do Contrato, foram recebidos a título gratuito. A Companhia apresenta no quadro abaixo a composição dos Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998:

Imobilização da concessão

Veículos

Equipamentos

Ferramentas

Móveis e utensílios

Almoxarifado

Equipamentos de processamento de dados

Equipamentos de telecomunicações

Imóveis

Total

Quadro não auditado pelos auditores independentes.

Os itens que estão relacionados na conta de Almoxarifado acima representam uma parcela dos bens de consumo transferidos pelo Poder Concedente à posse da Concessionária de acordo com os termos do Parágrafo 11º da Cláusula 1ª do Aditivo.

16. PROVISÕES PARA RISCOS
A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Companhia na opinião de seus consultores jurídicos realizaram análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Controladora e Consolidado

31/12/2014

31/12/2013

Cíveis

Trabalhistas

Tributárias

Administrativas

Total

Quadro não auditado pelos auditores independentes.

Os itens que estão relacionados na conta de Almoxarifado acima representam uma parcela dos bens de consumo transferidos pelo Poder Concedente à posse da Concessionária de acordo com os termos do Parágrafo 11º da Cláusula 1ª do Aditivo.

16. PROVISÕES PARA RISCOS
A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Companhia na opinião de seus consultores jurídicos realizaram análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Controladora e Consolidado

31/12/2014

31/12/2013

Cíveis

Trabalhistas

Tributárias

Administrativas

Total

31/12/2014

31/12/2013

Cíveis

Trabalhistas

Tributárias

Total

a) **Riscos cíveis**
A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário. Em 31 de dezembro de 2014, existiam 629 processos em andamento (578 processos em 31 de dezembro de 2013).

Em 31 de dezembro de 2014, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$81.982 (R\$80.634 em 31 de dezembro de 2013).

b) **Riscos trabalhistas**
A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2014, existiam 432 processos em andamento (497 processos em 31 de dezembro de 2013).

Em 31 de dezembro de 2014, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$19.752 (R\$17.596 em 31 de dezembro de 2013).

c) **Riscos tributários**
A Companhia efetuou provisão, no montante de R\$183, relativa ao Auto de Infrção lavrado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS") com processo de nº 2002.51.01.021778-8 – 5ª VF, em 27 de junho de 2002, decorrente da revisão da Guia de Fundos e Informações Previdenciárias ("GFIP") do período de 1º de janeiro a agosto de 1999. A Companhia interpôs Ação Anulatória de Débito Fiscal contra o INSS com processo de nº 2003.51.01.029595-0 – 27ª VF, cujo objeto é a anulação de atuação por aquela autarquia em virtude de divergência de base de cálculo, na ordem de R\$1.644 (novembro de 2001), já tendo sido efetuado o depósito judicial para garantia do juízo. O processo aguarda início da perícia judicial.

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

a) **Depósitos recursais**
Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuiu R\$ 22.851 em depósitos recursais (R\$ 29.025 em 31 de dezembro de 2013). Este montante é atualizado monetariamente.

b) **Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação**
Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra a Companhia, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a CMRJ, nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.

Esta forma a Companhia interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens.

O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é de aproximadamente R\$30.169 (R\$41.058 em 31 de dezembro de 2013), sendo de natureza trabalhista e cível.

Em 31 de dezembro de 2014, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$19.338 (R\$23.923 em 31 de dezembro de 2013).

a) **Bloqueios judiciais**
Em 31 de dezembro de 2014, o montante referente a bloqueios judiciais é de R\$1.432 (R\$930 em 31 de dezembro de 2013).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social**
Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital social é de R\$1.344.160, dividido em 1.446.898.779 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, integralmente subscritas pela Invepar.

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos correspondentes a 2



19. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 31 de dezembro de 2014, os principais seguros contratados são:

Descrição	Limite máximo de indenização	Vigência		
		Início	Fim	Seguradora
Risco operacional	250.000	01/08/2014	01/08/2015	Tokio Marine
Responsabilidade civil geral	75.000	01/08/2014	01/08/2015	Allianz
Transporte nacional	4.000	12/02/2014	12/02/2015	RSA
Transporte internacional	3.000*	13/02/2014	13/02/2015	RSA
Automóvel frota	Tabela Fipe	31/12/2014	31/12/2015	Tokio Marine

(* Em milhares de Dólares - (Em reais/mil R\$ 7.969).

20. PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

A participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme disposto na legislação vigente, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 2 de abril de 2008, foi aprovada a instituição do Plano de Participação em Lucros e Resultados ("PLR"). Dessa forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Administração provisionou R\$11.083 de participação dos empregados nos lucros ou resultados, e R\$1.679 de participação/bonus dos administradores, correspondentes a 100% da PLR esperada para o exercício de 2014.

21. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

A Companhia prestou garantias, cujos montantes em 31 de dezembro de 2014 eram de R\$31.028 (R\$26.389 em 31 de dezembro de 2013), para garantir: (i) a aquisição de energia elétrica junto à Duke Energy; (ii) os financiamentos junto ao BNDES e CEF (iii) os processos judiciais gerais; e (iv) os processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária. Adicionalmente, a Companhia prestou garantias aos empréstimos obtidos. Mais detalhes sobre estas garantias estão descritos na nota explicativa 14.

22. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Além dos contratos de fornecimento vigentes, a Companhia possui compromisso relativo à contratação de energia elétrica com a Duke Energy Internacional Geração Paranapanema S.A. pelo período entre 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui uma segunda obrigação, cujo contrato foi celebrado em 26 de janeiro de 2009, contratada referente ao fornecimento para o período entre 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2020. A segunda obrigação foi contratada por dois motivos estratégicos:

(i) Contratação, para o período entre 2011 e 2015, de montante de energia complementar estimado ser suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação de novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai; e
(ii) Contratação do montante de energia estimado ser suficiente para atender ao consumo total do sistema metroviário a partir do vencimento da primeira obrigação em 31 de dezembro de 2015 até 31 de dezembro de 2020.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômica financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2014. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente.

	Consolidado			31/12/2013		
	Valor justo	Custo amortizado	Total	Valor justo	Custo amortizado	Total
Instrumentos financeiros						
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	38.809	–	38.809	56.364	–	56.364
Aplicação financeira	146.913	–	146.913	72.295	–	72.295
Créditos a receber	–	9.126	9.126	–	13.775	13.775
Instrumentos financeiros derivativos	3.885	–	3.885	–	–	–
Total do ativo	185.722	9.126	194.848	128.659	13.775	142.434
Passivos						
Fornecedores	–	61.848	61.848	–	63.089	63.089
Empréstimos e financiamentos	–	726.431	726.431	–	854.775	854.775
Debêntures	–	442.191	442.191	–	273.336	273.336
Obrigações com poderes concedentes	–	43.647	43.647	–	51.892	51.892
Total do passivo	–	1.274.117	1.274.117	–	1.243.092	1.243.092

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo do valor justo

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

• Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI, as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Taxa Referencial (TR) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu quando da assinatura do Aditivo, particularmente, com relação à aquisição de carros metrô, conforme detalhado na nota explicativa 15, considerando-se que os carros foram adquiridos no mercado externo. Adicionalmente, de acordo com as informações prestadas na notas explicativas 5 e 14, a Companhia possui aplicações financeiras e empréstimos no exterior, respectivamente.

f) Operação de derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía operações com característica de hedge.

Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Curva diferencial	
							Valor justo a receber/ pagar	Valor justo diferencial
Swap	USD/CDI	Citibank	11/03/2016	85.000	98.727	93.644	5.083	3.125
								Ativo circulante
								3.125

No exercício findo em 2014, a Companhia contratou operações para proteção cambial de passivo com Citibank, Banco Santander, HSBC Bank e Banco Votorantim. Abaixo o demonstrativo:

Instrumento	Instituição	Contratação	Liquidação	Valor Base	Preço de exercício em Reais	Ajuste em Reais
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Citibank	19/08/2014	18/02/2015	EUR 1.100	3.1403	119
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Citibank	19/08/2014	15/12/2015	EUR 479	3.3983	58
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Citibank	19/08/2014	15/06/2015	EUR 1.050	3.2338	122
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Citibank	19/08/2014	15/09/2015	EUR 600	3.3142	73
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Citibank	19/08/2014	15/05/2015	EUR 1.340	3.2087	155
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	19/08/2014	15/07/2015	EUR 479	3.2589	62
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	19/08/2014	17/08/2015	EUR 839	3.2878	111
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Santander	19/08/2014	15/01/2015	EUR 300	3.1164	33
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Santander	19/08/2014	16/03/2015	EUR 240	3.1617	27
						760
						Ativo circulante
						760

g) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo o cenário considerado provável pela Companhia e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a CVM através da Instrução nº 475, de 17 de dezembro de 2008, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM.

A DIRETORIA	CONTADOR
	Magno Silva de Moraes CRC 108.830/O-4 RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.
Rio de Janeiro - RJ
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	DI	4.042	3.031	2.021
Aplicações financeiras				
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	1.356	1.017	678
Debêntures	DI	2.411	1.808	1.205
Fundo cambial exclusivo				
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	4.686	3.514	2.343
Títulos públicos federais - NTN-B	IPCA	889	667	445
Fundo mover				
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	313	234	156
Títulos públicos federais - NTN-B	IPCA	41	31	21
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	1.099	824	549
Debêntures	DI	6.379	4.785	3.190
Empréstimos e financiamentos				
BNDES	TJLP	(22.127)	(27.659)	(33.191)
FINEP	TJLP	(593)	(742)	(890)
Notas promissórias	DI	(6.771)	(8.463)	(10.156)
Financiamento importação	Taxa Câmbio R\$/US\$	(12.098)	(15.099)	(18.101)
Financiamento CEF	TR	(3.772)	(4.715)	(5.658)
Debênture LAMSA (CEF)	TR	(2.378)	(2.972)	(3.567)
Debênture HSBC	DI	(28.045)	(35.056)	(42.067)
CITIBANK	Taxa Câmbio R\$/US\$	(261.771)	(326.721)	(391.672)
Referência para ativos e passivos financeiros				
TJLP (% ao ano)		6,00%	7,50%	9,00%
TR Passivo (% ao ano)		1,53%	1,91%	2,30%
DI Ativo (% ao ano)		12,14%	9,11%	6,07%
DI Passivo (% ao ano)		12,14%	15,18%	18,21%
IPCA (% ao ano)		6,80%	5,10%	3,40%
SELIC (% ao ano)		12,31%	9,23%	6,16%
Taxa de câmbio média (R\$/US\$)		R\$2,66	R\$3,32	R\$3,98
Fontes de informação: BACEN, CETIP e FGV.				

h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Consolidado	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e financiamentos		726.431	854.775
Debêntures		442.191	273.336
Caixa e equivalentes de caixa		(37.954)	(56.364)
Aplicações financeiras		(146.913)	(72.295)
Dívida líquida		983.755	999.452
Patrimônio líquido		1.342.976	1.281.754
Patrimônio líquido e dívida líquida		2.326.731	2.281.206

i) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

24. RESULTADO POR AÇÃO

A Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	Controladora	31/12/2014	31/12/2013
Resultado básico e diluído por ação			
Numerador			
Resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		61.222	36.075
Denominador (em milhares de ações)			
Média ponderada de número de ações ordinárias		1.446.899	1.446.899
Resultado básico e diluído por mil ações		42,31	24,93

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

25. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar suas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Controladora e Consolidado	31/12/2014	31/12/2013
Receitas			
Receita com passagens		691.600	548.951
Receitas acessórias		31.067	27.304
Receita da construção		117.981	7.509
Impostos e contribuições sobre a receita		(20.463)	(24.526)
Receita de serviços líquidas		820.185	559.238
Custos e Despesas por natureza			
Pessoal e encargos		(182.737)	(168.586)
Conservação e manutenção		(59.891)	(36.305)
Comunicação, marketing e publicidade		(13.304)	(2.468)
Seguros e garantias		(3.376)	(3.518)
Serviços de terceiros		(12.638)	(6.645)
Veículos		(416)	–
Consultoria e assessoria		(21.749)	(11.817)
Aluguéis e impostos		(2.725)	(963)
Energia elétrica		(53.591)	(54.106)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa /provisão para riscos		(19.756)	(1.219)
Intercompany		(18.486)	(16.228)
Depreciação e amortização		(103.918)	(99.816)
Custo de construção		(117.981)	(6.994)
Outros		(37.427)	(51.845)
		(647.995)	(460.510)
Custo de serviços prestados		(394.950)	(358.202)
Despesas gerais e administrativas		(135.064)	(95.314)
Custo de construção		(117.981)	(6.994)
		(647.995)	(460.510)

26. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Consolidado	31/12/2014	31/12/2013
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores e partes relacionadas)		16.686	31.459
Encargos financeiros capitalizados no ativo intangível		10.943	28.948
Total de transações não caixa		27.629	60.407

Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores e partes relacionadas)

	Consolidado	31/12/2014	31/12/2013
--	-------------	------------	------------